

# CONCURSO PÚBLICO SALGUEIRO - G.1 - MEDIO



## FISCAL DE RENDA

INSTITUTO  
**igeduc**  
CONCURSOS E SELEÇÕES COM INTEGRIDADE

100 QUESTÕES OBJETIVAS

### Leia atentamente as informações abaixo:

1. Sob pena de ELIMINAÇÃO do candidato, é proibido: **folhear este caderno de questões antes do horário de início da prova determinado em edital**; levantar da cadeira sem a devida autorização do fiscal de sala; manter qualquer tipo de comunicação entre os candidatos; portar aparelhos eletrônicos, tais como telefone celular, receptor, gravador etc. ainda que desligados; anotar o gabarito da prova em outros meios que não sejam o Cartão de Respostas e este Caderno de Questões; fazer consulta em material de apoio ou afins.
2. No Cartão Resposta, confira seu nome, número de inscrição e cargo ou função, assine-o no espaço reservado, com caneta de cor azul ou preta, e marque apenas 1 (uma) resposta por questão, sem rasuras ou emendas, pois não será permitida a troca do Cartão de Respostas por erro do candidato.
3. Quando terminar sua prova, você deverá, OBRIGATORIAMENTE, entregar o Cartão de Respostas devidamente preenchido e assinado ao fiscal da sala, pois o candidato que descumprir esta regra será ELIMINADO.
4. Você deve obedecer às instruções dos coordenadores, fiscais e demais membros da equipe do Igeduc – assim como à sinalização e às regras do edital – no decorrer da sua permanência nos locais de provas.
5. Estará sujeito à pena de reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa, o candidato que utilizar ou divulgar, indevidamente, com o fim de beneficiar a si ou a outrem, ou de comprometer a credibilidade do certame, o conteúdo sigiloso deste certame, conforme previsto no Código Penal (DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940), em especial o disposto no Art. 311-A, incisos I a IV.

NOME

CPF

CADERNO DE QUESTÕES OBJETIVAS

---

**Leia atentamente as informações abaixo:**

- Cada um dos itens desta prova objetiva está vinculado a um comando que o antecede, permitindo, portanto, que o candidato marque, no cartão resposta, para cada item: o campo designado com o código V, caso julgue o item CERTO, VERDADEIRO ou CORRETO; ou o campo designado com o código F, caso julgue o item ERRADO, FALSO ou INCORRETO.
  - Para as devidas marcações, use a Folha de Respostas, único documento válido para a correção da sua prova objetiva, o qual deve ser preenchido com cuidado pois marcações incorretas, rasuras ou a falta de marcação anularão a questão.
  - Para a análise dos itens (proposições / assertivas), considere seus conhecimentos, o teor do item e, quando aplicável, o texto a ele vinculado.
  - Nos itens que avaliam conhecimentos de informática e(ou) tecnologia da informação, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.
  - Você poderá consultar a cópia digital desta prova, dos gabaritos preliminar e final e acessar o formulário de recursos em [concursos.igeduc.org.br](http://concursos.igeduc.org.br).
- 

**QUESTÕES DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS  
(de 1 a 70)**

**Julgue os itens a seguir.**

01. Na hipótese de o devedor tributário não pagar nem apresentar bens à penhora e nem forem encontrados bens penhoráveis, o juiz demandará consulta às entidades que promovem registros de imóveis sobre a existência de bem familiar disponível.
02. A Lei do ISS reconhece como contribuinte o prestador de serviço, e como estabelecimento prestador o local onde se desenvolve a atividade de prestação de serviço, de modo permanente ou temporário, e que configure unidade econômica ou profissional, sendo irrelevantes para caracterizá-lo as denominações de sede, filial, agência ou posto de atendimento.
03. Em casos de omissão ou em que as declarações e esclarecimentos não mereçam fé, ressalvado o direito ao contraditório, poderá a autoridade lançadora arbitrar o valor, conforme especifica a Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996.
04. Diferente do que ocorre no transporte interestadual de passageiros, o ICMS incide sobre a modalidade intermunicipal apenas quando iniciada no território do ente competente.
05. O imposto é o tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte, enquanto as taxas têm como fato gerador o exercício regular do poder de polícia, ou a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e indivisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição.
06. Exceto nos serviços de arrendamento mercantil em que o arrendatário é o tomador, assim como nos planos de saúde em que a pessoa física beneficiária é vinculada à operadora, considera-se que o contratante é o tomador de serviço. Além disso, quando um negócio jurídico beneficia uma unidade específica da pessoa jurídica contratante, o ISS incide sobre o serviço prestado, independentemente da nomenclatura utilizada para descrever o serviço.
07. Com relação ao optante pelo Simples Nacional, será cobrada multa de 2% (dois por cento), sobre imposto que derivar de cada informação, cujo sujeito passivo deixar de prestar no sistema eletrônico de cálculo em prazo legal.
08. A Dívida Ativa Tributária é o crédito da Fazenda Pública dessa natureza, proveniente de obrigação legal relativa a tributos e respectivos adicionais e multas, sendo sua inscrição realizada por meio do nome do devedor e dos co-responsáveis pela obrigação, endereço fiscal, quantia devida, origem e natureza do crédito e data de sua inscrição.
09. Nos casos em que se verifique a realização de serviços de montagem de andaimes, estruturas de palcos e coberturas por parte de prestador qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte que tenha adotado a opção pelo regime tributário simplificado, é exigida a retenção na fonte do imposto sobre serviços, conforme estabelecido na legislação tributária em vigor, a fim de cumprir com as obrigações fiscais pertinentes a estas operações específicas.
10. Independente das ações do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima voltadas à redução da geração de resíduos e incentivo à reciclagem, segue vedada à União, Estados, Distrito Federal e Municípios a cobrança de impostos sobre a produção de papel cuja destinação seja exclusiva para a confecção de livros, jornais, revistas e periódicos.
11. O agente utilizará o valor da operação como base de cálculo do ICMS nos casos de saída de mercadoria de estabelecimento de contribuinte e do fornecimento da mesma por prestação de serviço, e da mesma forma, por similaridade, em relação às operações ou prestações antecedentes ou concomitantes, o valor da operação ou prestação praticado pelo contribuinte substituído.
12. Uma empresa foi autuada por uso de benefício fiscal de forma equivocada, com base na legislação fiscal vigente à época. Enquanto transitava o processo, foi alterada a legislação, revogando o benefício dantes posto, estabelecendo regras novas e distintas. Para tais circunstâncias, aplicar-se a neófito sobre o fato pretérito, já que sob ela torna-se destituído de punibilidade, pois a legislação tributária tem efeito sobre ato ou fato pretérito, não definitivamente julgado, quando deixe de defini-lo como infração.

13. Nos casos de locação de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza, quando cruzarem mais de um município, para fins de cobrança de ISS, a base de cálculo será o preço do serviço distribuído, proporcionalmente, pela extensão específica do equipamento em cada município.
14. A tributação municipal do imposto sobre imóveis prediais urbanos deverá assegurar tratamento mais favorecido ao MEI para a realização de sua atividade no mesmo local em que residir, mediante aplicação da menor alíquota vigente para aquela localidade, sendo vedada isenção ou imunidade tributária para os beneficiados.
15. Compõe a base de cálculo do ISS o valor dos materiais fornecidos pelo prestador dos serviços de execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica e de outras obras semelhantes.
16. A anistia, prevista na Lei Federal nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, poderá ser concedida em caráter geral e limitadamente, no que especifica a legislação, a ato pretérito ou por previdência.
17. Não caberá suspensão de ICMS à saída de mercadorias remetidas por Cooperativa de Produtores, para estabelecimento de Cooperativa Central ou de Federação de Cooperativas de que a Cooperativa remetente faça parte.
18. A divulgação do Censo 2022 gerou uma revisão nos valores a serem distribuídos pelo Fundo de Participação dos Municípios, já que vários não corresponderam à expectativa de crescimento populacional. Os critérios para a distribuição desse fundo constam da Lei Federal nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, e preveem a distribuição de 10% dos recursos entre as Capitais e 90% entre os demais municípios, organizados em categorias que tenham por referência o número de habitantes.
19. Com relação aos tributos relativos ao Simples Nacional, na hipótese de compensação indevida, quando se comprove falsidade de declaração apresentada pelo sujeito passivo, será aplicada multa de 50% (cinquenta por cento), desferida em dobro sobre a totalidade ou diferença de imposto ou contribuição nos casos de falta de pagamento ou recolhimento.
20. A constituição de uma empresa por interposta pessoa não configura motivação para exclusão automática do Simples Nacional, cabendo comunicação e prazo para regularização.
21. É vedada a instituição de tributos sobre entidades religiosas e templos de qualquer culto, inclusive suas organizações assistenciais e beneficentes, exceto em caso de guerra externa e calamidade pública, no que especifica a Constituição Federal.
22. A atualização cadastral permanente, as dificuldades de localização e o cumprimento dos prazos legais são desafios da administração pública para a efetiva comunicação com os contribuintes, porém é assegurado à autoridade administrativa recusar registro de domicílio tributário quando este impossibilite ou dificulte a arrecadação ou fiscalização.
23. Operações de restabelecimento de áreas florestais degradadas e de escavação para a remoção de sedimentos, prestados à entidade do terceiro setor, com percepção remuneratória ao prestador, desde que este se enquadre no regime tributário simplificado nacional, terão suas obrigações fiscais sobre serviços recolhidas na fonte.
24. A legislação tributária retroage, exclusivamente, nos casos em que cumine penalidade menos severa que a prevista na lei vigente ao tempo da sua prática.
25. A alíquota mínima do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza é de 2% (dois por cento), com exceção dos serviços constantes em elenco disposto no anexo da Lei complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, que apresenta especificidades nos percentuais devidos sobre os serviços constantes, tendo como teto a alíquota de 5%.
26. É vedada a aplicação da legislação tributária a atos ou negócios jurídicos praticados com a finalidade de dissimular a ocorrência do fato gerador do tributo ou a natureza dos elementos constitutivos da obrigação tributária, observados os procedimentos a serem estabelecidos em lei ordinária.
27. É de competência privativa da União instituir, por lei específica, empréstimos compulsórios nas situações excepcionais de guerra ou conjuntura que exija absorção temporária de poder aquisitivo, e competência concorrente entre União e Estados nos casos de calamidade pública.
28. Durante o processo de falência, a alienação de ativos para pagar credores pode ser autorizada, independentemente da quitação de crédito público devido e inscrito, permitindo que os recursos gerados sejam utilizados de forma equitativa para quitar restos trabalhistas ou de fornecedores, pois nos casos de falência, concordata, liquidação, inventário, arrolamento ou concurso de credores, as alienações serão autorizadas independente da quitação da Dívida Ativa.
29. Considera-se, na falta de domicílio fiscal eleito pelo contribuinte, sua residência habitual ou centro costumeiro de atividades, sede ou estabelecimentos relativos à pessoa jurídica de direito privado ou a firmas individuais.
30. A redução da base de cálculo, devolução total ou parcial do tributo, direta ou indiretamente ao contribuinte, responsável ou terceiros, bem como a concessão de créditos presumidos ou outros incentivos fiscais, são concedidos com base no Imposto de Circulação de Mercadorias. Essas ações estão ligadas a acordos feitos em encontros liderados por representantes do Governo Federal e com a aprovação da maioria das unidades federativas.
31. A realização do aporte financeiro total representa um dos motivos que ensejam a postergação da cobrança de débito fiscal, desde que efetivado por meio de numerário, da mesma forma que o depósito do montante integral é uma das causas de suspensão da exigibilidade do crédito tributário, desde que em dinheiro.

32. Uma padaria terá a obrigação, a cada ano-calendário, de perencher e enviar DASN-MEI, quando inscrita para tal junto ao Fisco, dispondo informações sobre faturamento, tributos pagos e o que mais convier à Receita Federal, pois a optante pelo Simples Nacional deverá apresentar anualmente uma declaração única e simplificada de informações socioeconômicas e fiscais, que deverá ser disponibilizada aos órgãos de fiscalização tributária e previdenciária.
33. Um notário que seja intimado pelo Tesouro Nacional para disponibilizar registros minuciosos sobre transações imobiliárias as quais recaiam suspeitas de evasão fiscal de um cliente seu será compelido a cooperar, devendo prover todos os pormenores solicitados para coadjuvar nas diligências, pois estão obrigados a prestar todas as informações de que disponham com relação aos bens, negócios ou atividades de terceiros, sempre que intimados a tal.
34. Os municípios são proibidos de renunciar impostos sobre circulação de mercadorias, sob pena de suspensão do pagamento de quota do Fundo de Participação dos Municípios, conforme dispõe a Lei Complementar nº 24, de 7 de janeiro de 1975.
35. SESI, SESC, SENAI, SEST, SEBRAE, SENAR, SENAT e SENAC possuem ampla isenção tributária de impostos e de contribuições, sendo esses percebedores de benefício relativo à contribuição incidente compulsoriamente sobre a folha de pagamento das empresas comportadas em território nacional.
36. Ao transferir propriedade de bens recuperados de sinistros por empresas seguradoras, alienando os itens resultantes de eventos segurados, dar-se-á fato que gerará obrigação de recolher imposto devido ao Estado onde ocorrer a transação, pela circulação dos bens, conforme a legislação tributária vigente.
37. Estando o Fisco impedido de constranger o contribuinte nos casos em que especifica o Art. 151 do Código Tributário Nacional, não poderão recolher os impostos e contribuições na forma do Simples Nacional a microempresa ou empresa de pequeno porte que tenha a exigibilidade suspensa.
38. Com base na Lei do ISS, é vedado aos municípios instituir, por meio de lei específica, a lista de serviços sobre os quais irá realizar tal cobrança, restando aos agentes de fiscalização a aplicação de emolumentos, sobrepagas e gratificações nos atos fiscalizatórios.
39. A atribuição de instituir e cobrar tributos, a de arrecadá-los, além do supervisionamento do cumprimento das obrigações fiscais gerais, no território, não podem ser transferidas a terceiros ou entidades fiscais, estando o órgão competente designado pela legislação obrigado a exercer tais responsabilidades, garantindo a efetividade e legitimidade do sistema tributário.
40. O imposto, de competência dos Estados ou do Distrito Federal, sobre a propriedade territorial rural, tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de imóvel por natureza, como definido na lei civil, localizado fora da zona urbana do Município.
41. A destinação dos recursos arrecadados em casos de corrupção sabida e comprovada não justifica negativa do contribuinte em pagar os tributos devidos.
42. Não apenas é tangível que o parcelamento suspenda a exigibilidade, permanecendo, porém, as obrigações relativas ao crédito tributário, como as circunstâncias onde houver concessão de moratória e liminar de tutela antecipada ou mandado de segurança, conforme especifica o Código Tributário Nacional.
43. Optantes pelo Simples Nacional deverão apresentar anualmente à Receita Federal declarações com informações socioeconômicas e informações fiscais pormenorizadas, que deverão ser disponibilizadas aos órgãos de fiscalização tributária e previdenciária.
44. É vedada a cobrança de tributos na compra de bens e contratação de serviços necessários à formação do patrimônio, à geração de renda e à prestação de serviços de entidades religiosas.
45. Com relação a pagamentos indevidos, o direito de pleitear a restituição extingue-se com o decurso do prazo de 2 (dois) anos, nos casos de equívoco na determinação da alíquota aplicável e de cálculo do montante do débito.
46. Possuir propriedade urbana, seu domínio útil ou posse, assim como transmiti-lo, por ato oneroso ou doação com encargo, contituem em fato gerador de múnus tributário de ordem municipal, tendo como base de cálculo o valor venal do mesmo.
47. Em se tratando da tributação de lote de galochas de sub-produto do petróleo e mocassins de couro de gado, destinado à exportação para país asiático, incidirá como base de cálculo exclusiva para impostos a unidade de medida adotada pela lei tributária, podendo ser peso da borracha ou média de metros de couro processado.
48. A valorização imobiliária é um critério para a cobrança de contribuição de melhoria, que deve ser aprovada por lei. Essa lei precisa ser precedida da publicação de um memorial descritivo, orçamento, parcela a ser financiada, zona beneficiada e o fator de absorção do benefício decorrente da valorização.
49. Os Estados e o Distrito Federal têm competência para propôr redução de alíquota sobre operações relativas a gás natural, combustíveis, energia elétrica, comunicações e transporte coletivo.
50. A receita líquida do imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro, e sobre operações relativas a títulos e valores mobiliários, destina-se à formação de reservas monetárias, na forma da lei.
51. A Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, permite, em casos específicos, que a Fazenda Pública ou seus servidores divulguem informações relacionadas à situação econômica, financeira, negócios ou atividades do contribuinte ou de terceiros, obtidas no exercício de suas funções, quando houver risco à segurança ou ao interesse do controle social.
52. Com relação ao Simples Nacional, os tributos devem ser pagos por meio de documento único de arrecadação, em banco integrante da rede de arrecadação específica para tal, sendo vedado aos bancos públicos e privados contabilizar, para cumprimento de metas, empréstimos realizados a pessoas físicas, ainda que sócios de empresas, como disponibilização de crédito para microempresas e empresas de pequeno porte.

53. É vedada a incidência de ISS sobre serviços prestados mediante a utilização de bens e serviços públicos explorados economicamente mediante autorização, permissão ou concessão, com o pagamento de tarifa, preço ou pedágio pelo usuário final do serviço.
54. Uma entidade empresarial, ao receber uma notificação de cobrança considerada injusta, opta por intentar ação de consignação em pagamento para impugnar a exigência tributária. Durante o desenrolar do processo, a entidade permanecerá sujeita à exigibilidade do crédito tributário, podendo ser solicitada a fornecer garantias, tendo em vista que propositura de ações de consignação em pagamento não suspende a exigibilidade do crédito tributário, embora, se definitivamente for procedente, o extinga.
55. A legislação tributária pode ser aplicada a fatos ou eventos passados em qualquer situação jurídica, desde que esses eventos estejam devidamente consolidados e definidos, de acordo com a legislação vigente na época em que ocorreram, implicando que as regras tributárias podem retroagir no tempo para alcançar eventos passados, desde o momento em que esteja definitivamente constituída, garantindo a validade e a coerência do sistema tributário.
56. O sujeito passivo tem direito, independentemente de prévio protesto, à restituição total ou parcial do tributo, reforma, com acréscimo de 5% (conco por cento) sobre o montante, nos casos de anulação, revogação ou rescisão de decisão condenatória.
57. O concurso de preferência de cobrança de dívida ativa da Fazenda Pública se dá apenas entre pessoas jurídicas de direito público, excetuados credores ou habilitação em falência, concordata, liquidação, inventário ou arrolamento, sendo considerados extraconcursais os créditos tributários decorrentes de fatos geradores ocorridos no curso do processo de falência.
58. Para os efeitos da cobrança do imposto, a definição de estabelecimento é, exclusivamente, um local privado ou público, edificado ou não, próprio ou de terceiro, onde pessoas físicas ou jurídicas exerçam suas atividades em caráter temporário ou permanente.
59. Tributar prestação de serviços de transporte interestadual, intermunicipal e de comunicação, ainda que essa tributação se iniciem no exterior, é competência dos Estados e Distrito Federal, à exceção da tributação sobre serviços oferecidos em municípios, fronteiriços ou não, quando compreendidos em sua competência tributária exclusiva.
60. Sobre a responsabilidade de registrar, documentar, catalogar, arquivar e desenvolver relatórios e análises para prestação de contas, diagnósticos de políticas públicas e dos resultados da própria gestão, no que consta das competências fiscais, aos municípios é vedado instituir cadastro de domicílio tributário eletrônico, podendo os municípios requerer acesso à base de dados da Receita Federal, segundo o Código Tributário Nacional.
61. As empresas públicas e as sociedades de economia mista delegatárias de serviços públicos essenciais, que não distribuam lucros a acionistas privados nem ofereçam risco ao equilíbrio concorrencial, são beneficiárias da imunidade tributária recíproca, desde que não efetuem cobrança de tarifa como contraprestação do serviço.
62. Os dados disponibilizados pelo contribuinte no sistema de cadastro de Domicílio Tributário Eletrônico (DTE) são passíveis de compartilhamento com outras instituições nacionais e internacionais de fiscalização e controle social.
63. O lançamento por declaração é efetuado com base na declaração do sujeito passivo ou de terceiro, quando um ou outro, na forma da legislação tributária, preste à autoridade administrativa informações sobre matéria de fato, indispensáveis à sua efetivação.
64. O Simples Nacional implica no recolhimento mensal de Contribuição Patronal Previdenciária, à excessão dos prestadores de serviços de construção de imóveis, serviço advocatícios, de vigilância, limpeza ou conservação, que fazem seu recolhimento em guia à parte.
65. João possui dívida tributária de R\$ 50.000,00, tendo oferecido imóvel como garantia da execução. No entanto, sendo o valor do imóvel inferior ao total da dívida, que consta de juros, multa de mora e encargos, fica vedado a João a indicação à penhora de bens oferecidos por terceiros, em garantia da execução, pelo valor da dívida, juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa.
66. O ISS não incide sobre as exportações de serviços para o exterior desenvolvidos no Brasil, cujo resultado aqui se verifique, sendo o pagamento feito por residente no exterior.
67. Caberá aos municípios, de forma concorrente aos demais entes federados, a concessão, no que especifica a Lei Complementar nº 24, de 7 de janeiro de 1975, que trata sobre isenções do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias.
68. A atividade administrativa de lançamento é ato que não oferece margem para discricionariedade por parte do agente público, sendo estritamente vinculada e impositiva. Sua não realização pode acarretar em consequências graves para o agente, tais como responsabilidade criminal, sujeita a penalidades judiciais, e responsabilidade funcional, passível de punições administrativas no âmbito interno da instituição, podendo resultar em sanções disciplinares e até perda de cargo ou função pública.
69. O imposto de competência da União sobre produtos industrializados não é cumulativo, e os produtos sujeitos ao mesmo, quando remetidos de um estado para outro ou para o Distrito Federal, serão acompanhados de nota fiscal.
70. A legislação tributária aplica-se gradualmente aos fatos geradores futuros e aos pendentes, assim entendidos aqueles cuja ocorrência tenha tido início, meio e fim em território nacional ou não.

## QUESTÕES DE CONHECIMENTOS GERAIS (de 71 a 100)

Julgue os itens que se seguem.

71. Uma das principais distinções entre o Windows e o Linux reside em suas licenças. Enquanto o Windows é um sistema operacional proprietário, sob os direitos autorais da Microsoft, requerendo pagamento para uso, o Linux é um sistema de código aberto. Isso significa que a Microsoft cobra uma taxa pelo Windows, variando conforme a edição desejada. No caso do Linux, o software é gratuito e de acesso livre. Quando se adquire um computador com o Windows já instalado, o custo da licença é incluído no preço do equipamento, ao passo que o Linux não implica em tais encargos.
72. O software de planilhas eletrônicas Excel oferece diversas ferramentas para automatizar o processamento de dados, incluindo a funcionalidade de mala direta. Para utilizar a mala direta, é necessário ter uma fonte de dados salva no dispositivo utilizado, não sendo possível inserir uma lista durante a criação da planilha. Isso ocorre porque a ferramenta de mala direta requer um banco de dados para gerar um modelo que seja compatível com as informações necessárias.
73. O processador de texto BrOffice Writer faz parte de um compilador de programas do software livre BrOffice.Org, e tem a capacidade de criar etiquetas, assinaturas digitais, hiperlinks, formulários, marcadores, entre outras. Os documentos gerados são salvos com a extensão .odt, um formato amplamente suportado que, mesmo ao ser convertido para .doc, mantém a eficiência ao reduzir o tamanho dos arquivos.
74. Advérbios de intensidade podem modificar não apenas verbos, mas também adjetivos e outros advérbios, como exemplificado na frase "Ele está extremamente feliz e fala muito rapidamente", onde "extremamente" intensifica o adjetivo "feliz" e "muito" intensifica o advérbio "rapidamente".
75. Os navegadores de internet são aplicativos fundamentais para acessar sites, possibilitando que os usuários visualizem e explorem páginas formatadas em linguagem de marcação, conhecido como PHP, que pode conter uma variedade de conteúdos, incluindo texto, vídeos, imagens, entre outros.
76. Palavras homônimas, como "coro" (conjunto de cantores) e "couro" (pele de animal), são aquelas que possuem a mesma grafia, mas têm pronúncia e significados diferentes.
77. Adjetivos pátrios que se referem a localidades específicas podem derivar de etimologias latinas complexas e não intuitivas, como "lusitano" para Portugal e "helvético" para Suíça, diferentemente dos mais intuitivos "português" e "suíço", demonstrando a influência histórica e cultural na formação desses termos.
78. Os verbos impessoais são conjugados normalmente em todas as pessoas do singular e do plural, como "haver", que pode ser usado em "Eles hão de ter razão".
79. O armazenamento em nuvem utiliza servidores remotos para armazenar diversos tipos de dados, como arquivos, informações corporativas, vídeos e imagens. Os usuários enviam esses dados para os servidores por meio de uma conexão à Internet, onde são guardados em máquinas virtuais dentro de servidores físicos. Os usuários podem acessar os dados no Cloud Storage exclusivamente por meio de uma conexão de portal da Web, sendo essa, sua maior vantagem.
80. Um antivírus é um programa de software projetado para monitorar o tráfego de entrada e saída da rede e tomar decisões sobre bloquear ou permitir tráfego com base em um conjunto predefinido de regras de segurança. Ele desempenha um papel crucial na proteção contra vírus, worms, trojans e outros tipos de malware. O antivírus opera escaneando o computador em busca de arquivos maliciosos e os compara com uma lista de assinaturas conhecidas. Além disso, muitos antivírus empregam análise comportamental para identificar atividades suspeitas, bem como outras técnicas avançadas de detecção.
81. O Linux oferece uma importante vantagem com seu sistema operacional de código aberto, possibilitando a customização e distribuição sem custos. Isso permite que tanto indivíduos quanto organizações ajustem o sistema conforme suas necessidades particulares, estimulando a colaboração na inovação e a transparência no desenvolvimento de software.
82. O processador de texto Word, na edição de 2016, introduziu uma ferramenta altamente útil no ambiente corporativo para colaboração em documentos. A função "Controlar Alterações" permite visualizar todas as modificações feitas, com o software marcando adições, exclusões, movimentações e alterações de formatação, sem oferecer a opção de selecionar os tipos de revisões exibidas ou a forma como são apresentadas.
83. A maioria dos servidores de correio eletrônico impõem um limite de 25 MB para anexos, com exceção do Outlook.com / Hotmail.com, que possui limite de 34 MB, e do Mail.com que possui limite de 30 MB. Arquivos maiores que 25 MB, no caso dos servidores Gmail.com, ProtonMail.com, Yahoo.com e AOL.com; 34 MB no caso do Outlook.com / Hotmail.com; 30 MB no caso do Mail.com, precisam ser comprimidos no formato .zip antes do envio.
84. A palavra "reajustamento" exemplifica um processo morfológico de derivação regressiva, no qual o sufixo "-mento" é adicionado ao verbo "reajustar", para formar um substantivo abstrato.
85. Os verbos abundantes são aqueles que apresentam formas diferentes para o particípio passado regular e irregular, sendo que o uso de uma ou outra forma é totalmente intercambiável, como em "aceitado" e "aceito".
86. O grau superlativo absoluto é expresso unicamente pela forma sintética, como em "A moça é organizadíssima", sendo a forma analítica considerada informal e inadequada para uso em contextos formais.

87. O armazenamento em nuvem constitui um serviço que viabiliza a conservação de dados por meio da Internet ou outras redes, em um sistema de armazenamento externo mantido por terceiros. Há alternativas direcionadas às empresas, as quais podem fazer uso do armazenamento em nuvem como uma solução de backup remoto com suporte comercial, facilitando a transferência e o armazenamento seguro de arquivos de dados, bem como sua partilha entre distintos locais. Tais sistemas são caracterizados pela escalabilidade e acessibilidade a partir de qualquer local, independentemente da aplicação utilizada. As empresas têm a possibilidade de selecionar entre serviços de armazenamento em nuvem base, intermediária ou híbrida, dependendo de suas necessidades e preferências.
88. Os substantivos epicenos designam animais de ambos os sexos com um único termo, como "cobra" e "tubarão", sendo necessário o uso de "macho" ou "fêmea" para especificar o gênero; enquanto os substantivos sobrecomuns designam pessoas de ambos os sexos com um único termo, como "indivíduo" e "testemunha".
89. A segurança na Internet refere-se à proteção das atividades e transações realizadas online. Ela é parte de conceitos mais amplos, como segurança cibernética e segurança computacional, abrangendo áreas como segurança de navegador, comportamento na internet e segurança de redes. O firewall serve para barrar tráfego não autorizado e também ajudam a prevenir infecções por malwares no seu computador. Os sistemas operacionais e pacotes de segurança já incluem um firewall integrado.
90. Nos navegadores web Google Chrome, Mozilla Firefox e Microsoft Edge, existem recursos parecidos, como barra de favoritos, botões para voltar e avançar, botão para minimizar ou maximizar a página, mas um recurso não compartilhado entre os 3 navegadores é a opção "atualizar" acionada através da tecla F5 do teclado.
91. Os artigos definidos e indefinidos em português não apenas determinam o substantivo, mas também podem indicar a especificidade ou generalidade do termo, como em "um livro interessante" (generalidade) e "o livro interessante" (especificidade).
92. Os aumentativos sintéticos e analíticos são formas de expressar aumento de tamanho. Os aumentativos sintéticos utilizam palavras compostas, enquanto os aumentativos analíticos adicionam sufixos ao radical da palavra. Por exemplo, "casa grande" seria um aumentativo sintético e "casarão" um aumentativo analítico.
93. O Calc, que é o aplicativo de planilha de cálculo do conjunto LibreOffice, embora contenha diversas ferramentas de automação, ainda requer algumas operações manuais, como a adição de fórmulas, já que não dispõe do recurso de "assistente de funções". Para utilizar uma fórmula no LibreOffice Calc, é necessário iniciar com o símbolo matemático "=" (igual) e, em seguida, inserir a operação matemática desejada.
94. De acordo com as regras do Novo Acordo Ortográfico, palavras compostas ligadas por preposição perderam o hífen, como em "mão de obra" e "pé de moleque".
95. Na oração "Aos pais pediu um skate a menina", a ordem inversa coloca o sujeito no final da oração, enfatizando o destinatário da ação e criando uma estrutura sintática menos comum, mas gramaticalmente correta.
96. A posição dos advérbios em uma frase pode alterar significativamente o significado da frase. Por exemplo, em "Ele apenas estudou para a prova" e "Apenas ele estudou para a prova", a colocação do advérbio "apenas" muda o foco e o sentido da frase.
97. A principal diferença entre um vírus e um worm é que os vírus precisam ser ativados por meio da interação do usuário com o arquivo infectado, enquanto os worms operam e se propagam automaticamente sem necessidade de intervenção humana. Os vírus são incorporados ou ocultos em arquivos que são compartilhados ou baixados, podendo ser tanto executáveis, como um programa que roda um script, quanto não executáveis, como um documento do Word ou um arquivo de imagem.
98. Os pronomes relativos sempre concordam em gênero e número com o antecedente e, por isso, "cujo" deve ser substituído por "que" na frase "O livro cujo autor é famoso" para manter a concordância.
99. Um motor de busca é formado por um conjunto de programas divididos em duas categorias principais: o sistema de exploração, ou "rastreador", responsável por localizar e copiar sites e outros documentos da World Wide Web; e o sistema de recuperação de informação, que analisa os documentos disponíveis na web e os critérios que facilitam as buscas no motor, bem como o sistema de consulta, que constitui a interface visível ao usuário.
100. Os pronomes possessivos também podem exercer a função de pronomes adjetivos, acompanhando e modificando o substantivo ao indicar posse, como em "Nossa casa é muito aconchegante".

RASCUNHO

PROIBIDO DESTACAR

**RASCUNHO**